

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2023 – N.º 8/2023 - MANDATO 2021 – 2025**

--- Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2021/2025, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos Senhores Vereadores Jorge Manuel Claudino de Freitas, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, João Pedro Costa Arraiolos e Casimira Pereira Alves. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça.--

--- A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte: -----

--- **Ponto 01** - Prestação de Contas do Ano de 2022. Para Deliberação. -----

--- **Ponto 02** - Relatório de Gestão e Contas da AR - Águas do Ribatejo de 2022. Para Deliberação. -----

--- **Ponto 03** - Aprovação de Projeto de Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Alpiarça e 2.ª Alteração Mapa de Pessoal para 2023. Para Deliberação. -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

--- A reunião foi aberta pela Senhora Presidente da Câmara, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes, eram nove horas e cinquenta minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e três, com um total de disponibilidades de 1.534.821,19 euros (um milhão, quinhentos e trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e um euros e dezanove cêntimos). -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- A senhora Presidente iniciou o período antes da ordem do dia, dando a palavra aos Vereadores. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e lamentou

ATA N.º 8/2023 RC 26 ABRIL 2023 - MANDATO 2021 – 2025

o falecimento do senhor Manuel Perpétua Coutinho, mais conhecido por Manuel Miguel e, endereçou as condolências à família. Disse, que o mesmo tinha sido reconhecido pelo Município com a atribuição de uma Medalha Municipal, pela sua participação cívica em diversas associações e coletividades ao longo da sua vida e mais recentemente, como sócio fundador da ARPICA. Referiu que também tinha sido reconhecido exteriormente, por ser um praticante da modalidade Vespista e o mais velho de Portugal, tendo participado em diversos programas de televisão. Regozijou, ainda, a participação do Município no Festival Internacional de Folclore, Culturas e Artes (FIFCA), uma vez que, era uma participação positiva, não só pela questão da interculturalidade, mas também pela promoção do Concelho. Questionou se a participação do Município no festival, tinha sido apenas em termos logísticos, ou se tinha sido também em termos financeiros.-----

--- A senhora Presidente Sónia Sanfona tomou a palavra, referindo que associava o Município e o Executivo, em geral, às palavras do senhor Vereador João Pedro Arraiolos relativamente ao falecimento do senhor Manuel Miguel. Disse, que reconhecia o seu percurso de vida e a participação cívica do mesmo, ao longo dos seus 99 anos e, portanto, faltavam-lhe poucos meses para chegar ao seu centenário. Lamentou o seu falecimento e endereçou em nome do Executivo as condolências à família. Reconheceu a participação e a forma viva e alegre, com que o senhor Manuel Miguel abraçava a sua paixão pelas vespas, e a forma como acabou por divulgar o Concelho e as suas riquezas sempre que era interpelado naquele sentido. Relativamente à participação no FIFCA, frisou que era um evento que considerava extremamente importante para toda a região, pois não era só um festival de folclore, mas era de facto um momento de interculturalidade, de troca de experiências, de afetos, de conhecimentos, que enriquecia o Concelho enquanto Comunidade e também quem visitava Alpiarça por ocasião daquele festival. Frisou, a forma como se acolheram as comitivas e, também, como o conjunto de funcionários do Município e de voluntários quiseram apoiar aquela iniciativa, contribuindo de forma decisiva para que corresse muito bem. Disse, que estiveram sediadas duas comitivas em Alpiarça, durante o período do festival, nomeadamente, a Comitiva Timorense e a Comitiva Ucraniana, que percorreram os vários concelhos que integravam aquele festival, ou seja, Almeirim, Coruche e Benavente. Para além do apoio logístico, explicou que tinha havido também um apoio financeiro, não diretamente ao festival, mas relativamente aos custos que foram suportados, sobretudo pela estadia das comitivas em Alpiarça, sendo que havia comitivas que tinham ficado noutros concelhos. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que relativamente ao apoio, tinha sido assegurado o alojamento e o pequeno-almoço todos os dias, bem como as refeições nos dias em que não tinham atividades nos diferentes concelhos, e tinha sido ainda assegurado o transporte para as

ATA N.º 8/2023 RC 26 ABRIL 2023 - MANDATO 2021 – 2025

diferentes atividades. Frisou, que tinha havido colaboração, no que dizia respeito às refeições, dos dois ranchos, das duas IPSS, da SFA e dos Águias. Relativamente às ofertas para as comitativas, tinha havido apoio das casas agrícolas, que tinham oferecido vinho para entregar às diferentes comitativas. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que era um evento que o Executivo entendia que devia continuar a apoiar, porque se revestia da maior importância e tinha proporcionado bons momentos aos alpiarcenses que tinham estado na gala, para além dos vários momentos nos quais as comitativas que tinham estado sediadas em Alpiarça tinham interagido com as IPSS, a escola, etc, de uma forma extremamente carinhosa. -----

--- **Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:** -----

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **Ponto 01** – Prestação de Contas do Ano de 2022. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que o documento tinha por si só as explicações mais relevantes, relativamente às contas que eram apresentadas. Disse, que o ano não tinha sido tão atípico como os anteriores, em termos de impacto da pandemia, mas não tinha deixado de ser um ano atípico por via do impacto sobretudo da crise económica e da guerra, que estava a ter consequências extremamente graves, ao nível do aumento generalizado dos preços, e de um conjunto de dificuldades na obtenção de equipamentos e materiais, que era uma condicionante relativamente ao exercício económico e financeiro do Município. Referiu, que os custos da energia, sobretudo da logística e das matérias-primas, que já eram altos no início do ano, continuaram a subir e a encetar uma trajetória perigosa em termos ascendentes para a sua execução. Frisou, que se tinha conseguido manter o rigor e o equilíbrio nas contas, para assegurar naturalmente os investimentos futuros, sobretudo em infraestruturas, que continuavam a ser necessárias ao Concelho, e não só em novas infraestruturas, mas também na manutenção, recuperação e reabilitação de algumas infraestruturas, que não sofriam uma intervenção havia muito tempo. Disse que de qualquer forma, tinha sido possível terminar algumas das infraestruturas que estavam em construção, nomeadamente, a segunda fase da reabilitação e adaptação do Mercado Municipal, a requalificação da Escola Básica do Frade Baixo e da Escola Básica de Alpiarça, bem como o início da reabilitação dos estaleiros municipais. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que se tratava de um documento complexo, mesmo para quem já tinha, como ele, participado na elaboração de 10 daqueles documentos. Disse, que o documento não era muito diferente, em termos da sua estrutura, da sua apresentação e

ATA N.º 8/2023 RC 26 ABRIL 2023 - MANDATO 2021 – 2025

daquilo que vinha sendo feito ao longo dos anos, e era um documento mais técnico do que o orçamento, ou seja, era o reflexo daquilo que tinha sido desenvolvimento e das contas ao longo do ano de 2022. Frisou, que registava uma evolução da receita em relação a anos anteriores, principalmente de impostos diretos de cerca de quatrocentos mil euros, cuja receita era um pouco variável de ano para ano, tendo em conta a sua própria natureza. Registou, também, um aumento da despesa corrente em termos gerais. Referiu, que o Município de Alpiarça mantinha a mesma situação financeira ao longo dos últimos 2/3 anos, com uma margem de endividamento bastante aceitável, na ordem dos 50%, o que era também positivo em relação ao desenvolvimento daquilo que era a sua função junto dos municípios. Salientou, que o documento em si resultava da contribuição dos diversos serviços, que tinham desenvolvido de forma mais específica aquelas atividades. Disse, que o relatório social tinha registado um aumento do abstencionismo, também por comparação a anos anteriores, o que deixava alguma preocupação, mas poderia ter a ver com a idade dos funcionários públicos. Frisou, que o próprio relatório referia uma transferência para a Agroalpiarça, e como tal, gostaria de saber se havia algum resultado ou não. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que relativamente à evolução da despesa corrente, havia um índice de maior reflexo que, naturalmente, era o das despesas com o pessoal, não só porque tinham havido várias contratações que o Município tinha feito naquela altura, mas também porque havia atualização salarial. Relativamente ao absentismo, explicou que havia duas ordens de razões na análise que o Executivo tinha feito: a primeira tinha a ver com a avançada idade de alguns funcionários do Município, e a segunda tinha a ver com os funcionários mais jovens, sobretudo por motivos de apoio à família. -----

--- **Deliberação:** A proposta da Prestação de Contas do Ano de 2022, foi aprovada por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **Ponto 02 –** Relatório de Gestão e Contas da AR - Águas do Ribatejo de 2022. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que o documento revelava um conjunto de constrangimentos que os municípios tinham vindo a sentir, designadamente, a crise económica e financeira, o impacto da guerra e o aumento substancial de um conjunto de bens e serviços, que também tinha tido reflexos relativamente às Águas do Ribatejo, sobretudo no seu funcionamento. Disse, que a contas refletiam uma atividade que tinha tido um impacto positivo relativamente aos últimos anos, sobretudo porque a questão da gestão da água se tinha colocado de uma forma muito premente ao nível de todo o território do país. Frisou, que estavam muito dependentes de recursos subterrâneos, o que implicava um constrangimento relativamente ao próprio funcionamento das Águas do Ribatejo, dado que o seu objetivo principal era permitir o serviço de fornecimento de água às populações. -----

ATA N.º 8/2023 RC 26 ABRIL 2023 - MANDATO 2021 – 2025

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que defendia a distribuição de água como sendo uma distribuição pública, realizada por uma empresa intermunicipal, que prestava um serviço público àquele conjunto de municípios. Salientou, que a empresa devia na sua evolução também olhar para a sua constituição, como sendo uma constituição para estar ao serviço daquelas comunidades e, naquele sentido, ir ajustando os tarifários à sua própria realidade como empresa, e ajustando também os investimentos nos diversos locais. Disse, que Alpiarça era o Concelho com maior cobertura de abastecimento de água de todos os concelhos das Águas do Ribatejo, mas não deixava de ter a necessidade de resolver algumas situações pontuais, que não tinham aquele fornecimento de água, assim como a necessidade de substituir o conjunto de rede mais antiga, pelo que se devia ir insistindo no sentido de ajustar aquele tipo de investimento no Concelho de Alpiarça. -----

--- **Ratificação:** A proposta do Relatório de Gestão e Contas da AR - Águas do Ribatejo de 2022, foi ratificada por unanimidade. -----

--- **Ponto 03** – Proposta de Aprovação de Projeto de Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Alpiarça e 2.ª Alteração Mapa de Pessoal para 2023. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que quando o Executivo tinha iniciado as suas funções, tinham procurado conhecer a organização que estava implementada nos serviços do Município, e portanto, tinham procurado fazer um conjunto de alterações que lhes pareciam de necessidade imediata, de forma a terem um funcionamento mais adequado àquilo que era a sua estratégia. Disse, que tinham analisado setorialmente as necessidades, as falhas ou as ineficiências, bem como a forma de suprimir aquelas falhas ou ineficiências, que resultavam quer falta de funcionários, que de o facto de os funcionários não estarem a alocados ao serviço onde efetivamente podiam fazer mais diferença, ou podiam trabalhar de uma forma mais eficaz. Frisou, que havia situações novas que se tinham imposto sobre os próprios serviços e que tinham obrigado a olhar de outra forma para os mesmos, procurando também que fossem mais resilientes e mais capazes de dar resposta. Salientou que, considerava que era necessária uma maior coordenação, mais eficácia e operacionalidade dos serviços, sendo que não havia uma estrutura horizontal que permitisse a responsabilização dos vários dirigentes e, que permitisse que eles próprios pudessem assumir funções dentro do seu conteúdo funcional. Frisou, que a estrutura orgânica dos serviços devia continuar a ser flexível e a garantir a colaboração entre as várias unidades orgânicas. Salientou, que a sua intenção era criar um conjunto de outras unidades orgânicas flexíveis de quarto grau, que correspondiam a várias áreas organizativas do Município, tais como uma Unidade Orgânica de Urbanismo, Serviços Técnicos e Fiscalização, uma Unidade Orgânica de Educação, uma Unidade Orgânica de Desporto, uma Unidade

ATA N.º 8/2023 RC 26 ABRIL 2023 - MANDATO 2021 – 2025

Orgânica da Ação Social, Saúde, Veterinária e Saúde Pública, uma Unidade Orgânica de Cultura e uma Unidade Orgânica de Turismo e Empreendedorismo. Disse, que o objetivo era que aquelas unidades do Município, pudessem ter nos seus dirigentes um conjunto de responsabilidades que lhes permitissem ter alguma autonomia, relativamente aos setores que estavam a dirigir e, simultaneamente, pudessem fazer a ponte com o Executivo, de uma forma mais apropriada e mais eficaz. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que aquela era uma opção do Executivo em funções, e que em termos das organizações de serviço, tinham tido sempre a mesma postura, que era uma postura de abstenção, uma vez que, quem conhecia melhor o funcionamento e definia as suas estratégias e organizações eram os executivos em funções. Registou, apenas a questão da frequência com que tinham vindo a alterar o mapa de pessoal, a agregar e a desagregar unidades orgânicas, e que apesar de considerar que aquele era um documento dinâmico, em que a sua alteração era possível, lhe parecia um zigzaguear em termos de opções, que tinha a ver também com algumas necessidades de ajustamento das pessoas. Frisou, que o mapa pessoal não devia andar em função das pessoas, mas devia andar em função da própria organização do serviço. Salientou, ainda, que aquelas alterações levariam a um aumento de despesa de pessoal, porque se estava a criar um conjunto de chefias intermédias em termos da sua organização. -----

--- Interveio a senhora Presidente referindo que, relativamente ao impacto financeiro daquelas alterações, o mesmo era relativamente reduzido, dado que havia chefias intermédias que tinham níveis remuneratórios, nalguns casos até superiores àqueles que teriam direito a auferir em virtude de ocuparem aquelas funções. Frisou, que aquela reorganização não tinha somente que ver com a resposta que era preciso dar às pessoas, mas na verdade, era preciso dar uma resposta às pessoas, porque não podiam ter pessoas a exercer funções com responsabilidades que faziam parte do conteúdo funcional de chefia e estar a tratá-los como se elas não fossem dirigentes, ou seja, não podiam atribuir responsabilidades e pedir responsabilidades às pessoas, sem que as mesmas estivessem a exercer funções no lugar certo e apropriado para o nível de responsabilidade. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Aprovação de Projeto de Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Alpiarça e 2.ª Alteração Mapa de Pessoal para 2023, foi aprovada por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

#### --- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- Não houve intervenção do público, uma vez que, não se encontrava público presente na sala. -----

#### --- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----



ATA N.º 8/2023 RC 26 ABRIL 2023 - MANDATO 2021 – 2025

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 10h46m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal

---

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

A Técnica da Subunidade de Administração Geral

---

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação. Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.